



Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 102/2022, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

Câmara Municipal de Vereadores
de Marcelino Ramos

Protocolo de Entrada nº 101/2022

Data: 18 / 02 / 2022

Agente Administrativo Técnico

**Dispõe sobre o calendário para
pagamento de IPTU para o ano de
2022.**

VANNEI MAFISSONI, Prefeito Municipal de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais,

FAÇO SABER, que foi encaminhado, para apreciação do Poder Legislativo Municipal o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º Excepcionalmente para o ano de 2022 o contribuinte do IPTU poderá optar por uma das seguintes formas de pagamento e com os seguintes descontos:

I - Pagamento em parcela única com desconto de 10% (dez por cento), com vencimento para 30 de abril de 2022;

II - Pagamento parcelado em 3 (três) parcelas com os seguintes prazos:

- a)* Primeira parcela com vencimento para 30 de maio de 2022, sem desconto;
- b)* Segunda parcela com vencimento para 30 de junho de 2022, sem desconto;
- c)* Terceira parcela com vencimento para 30 de julho de 2022, sem desconto.

Art. 2º Excepcionalmente para o ano de 2022 o calendário de pagamento e descontos previsto pelo artigo 16 da Lei Municipal nº 057/1998 (Código Tributário), não será aplicado, sendo observado exclusivamente o calendário disposto pelo art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Marcelino Ramos/RS, 18 de fevereiro de 2022.


VANNEI MAFISSONI,
Prefeito Municipal.




JUSTIFICATIVA

Ao cumprimentar Vossas Excelências, justificamos o envio do presente Projeto de Lei, a fim de alterar o calendário para pagamento do IPTU para o ano de 2022. O projeto se justifica tendo em vista que estamos enfrentando um ano difícil em razão da falta de chuvas, o que tem causado prejuízos enormes em todas as categorias, fazendo com que as famílias encontrem dificuldades para efetuar o pagamento de todos os tributos no início do ano, a prorrogação no vencimento é uma medida para amenizar o impacto no orçamento das famílias a curto prazo.

Estas são as justificativas que nos levam a enviar o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres Edis, rogando desde já pela sua aprovação.

Atenciosamente,



VANNEI MAFISSONI,
Prefeito Municipal.